



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989, para incluir aos crimes capitulados no art. 20, a hipótese de apologia a ideologia ou ação de grupo supremacista branco, ou outro congênere, com causa de aumento de pena quando cometido por servidor público ou com finalidade de atentar contra as instituições democráticas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O art. 20 Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.20.....
.....
.....

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido:

I - por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza;

II – com finalidade de promover ou fazer apologia a ideologia ou ação de grupo supremacista branco, ou outro congênere.

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

.....
.....



SF/21547.40403-02



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

§ 5º Na hipótese prevista no § 2º aumenta-se a pena de um terço à metade se o crime previsto for praticado:

I - por agente público, ou;

II – com a finalidade de atentar contra instituição democrática.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, a liberdade de expressão, positivada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, IV, é direito fundamental da pessoa humana, de primeira dimensão, de suma importância para a redemocratização do país, após obscuros anos de ditadura civil-militar, onde esse direito de expressar pensamentos era cerceado das maneiras mais violentas imagináveis.

O apelo da liberdade de expressão, o discurso ou manifestações de ódio ocorrem quando um indivíduo se utiliza desse direito para inferiorizar e discriminar outrem baseado em suas características, como sexo, etnia, raça, orientação sexual, política, religiosas ou para invocar regimes autoritários e antidemocráticos. A exteriorização de pensamentos contra o próprio regime democrático, atacando instituições, assume uma das formas do discurso de ódio. A apologia, falada ou manifesta, de qualquer modo, a símbolos de regimes totalitários também são inadmissíveis a teor dos princípios de nossa constituição federal.

Manifestações que contradizem nossa legislação constitucional e infraconstitucional com essas características podem ser consideradas crimes de ódio é uma forma de violência direcionada a um determinado grupo social com características específicas, ou seja, o agressor escolhe suas vítimas de acordo com seus preconceitos e, orientado por estes, coloca-se de maneira hostil contra um particular modo de ser e agir típico de um conjunto de pessoas.

O projeto que ora apresentamos aos pares pretende suprir uma lacuna do artigo 20 da Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989, para incluir na prática, indução, incitação a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou



SF/21547.40403-02



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

procedência nacional a hipótese de apologia a ideologia ou ação de grupo supremacista branco ou congênere.

Entendemos que é necessário o aperfeiçoamento da legislação para que ações dessa natureza não sigam sendo praticadas impunemente, sem o devido enquadramento.

A hipótese de aumento de pena quando for cometido por servidor público ou com a finalidade de atentar contra instituição democrática decorre do fato de que, sendo agente público, o cidadão tem maior condição de entender o caráter ilegal do seu ato, como já é afirmado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. E a proteção às instituições é uma forma de proteção aos princípios democráticos e à própria Constituição, nossa lei máxima. Dessa forma, essa é uma garantia de extrema importância para a manutenção da sociedade, haja vista que é por meio dela que a ordem é mantida.

Assim, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **JAQUES WAGNER**

PT – BA



SF/21547.40403-02